

TEMPO E HISTÓRIA NA FICÇÃO E NAS *MEMÓRIAS* DE DYONÉLIO MACHADO

Márcia Helena Saldanha Barbosa
(UPF)

RESUMO

Este trabalho aborda a concepção do tempo em dois textos de Dyonélio Machado: *O louco do Cati*, romance lançado em 1942, e *Memórias de um pobre homem*, relato autobiográfico escrito na década de 1970 e publicado, postumamente, em 1990. Procedeu-se à análise da fusão entre presente e passado, identificada na trama do romance, e ao estudo das percepções do autor acerca da convivência de tempos distintos num mesmo período, registradas em suas *Memórias*. Verifica-se que o tratamento especial concedido ao tempo nos dois textos de Dyonélio Machado conduz o escritor a uma reflexão sobre a história e a evolução social, que o leva a reexaminar suas convicções políticas.

PALAVRAS-CHAVE: tempo - literatura e história - relato de memórias.

No início da década de 1940, Dyonélio Machado encontrava-se doente e, considerando-se incapacitado para escrever *O louco do Cati*, ditou os capítulos que viriam a compor o livro a alguns amigos. Essa não foi, entretanto, a única peculiaridade do romance. A narrativa, que trata do tema da opressão, foi gestada durante o Estado Novo, pouco tempo depois de o seu autor haver deixado a prisão, a qual fora levado por razões de natureza política e onde permanecera pelo período de dois anos. O romance, publicado em 1942, tem como protagonista um

indivíduo permanentemente atormentado por algumas lembranças de sua infância, vivida em Quaraí, cidade do Rio Grande do Sul localizada na fronteira com o Uruguai. As recordações que o acompanham referem-se às prisões que testemunhou, e que foram realizadas a mando de João Francisco Pereira de Souza – general castilhistas que comandava as “operações de limpeza” na região da Campanha logo após a Revolução Federalista (1893-1895) –, bem como aos comentários, por parte da mãe e da população em geral, sobre casos de tortura e morte ocorridos no quartel do Cati, lugar situado entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento. O terror causado na personagem por essas lembranças é tão forte que provoca o seu desequilíbrio mental.

No começo da narrativa, que se caracteriza pela ausência de linearidade, as cenas presenciadas e/ou imaginadas pelo protagonista quando criança constituem “um ponto à sua frente”, que ele, agora adulto, põe-se a apagar “com um olhar sem conteúdo” (MACHADO, 1979, p. 11). Nesse momento, o Louco ocupa um lugar no bonde que o leva de um ponto a outro de Porto Alegre, cidade para onde se transferira ainda menino. No fim da linha, junta-se a um grupo de rapazes, com quem inicia uma viagem em direção ao litoral gaúcho. A partir de então, as lembranças relacionadas ao Cati surgem para a personagem com mais força. Ele vive, sobretudo ao lado de Norberto, um de seus companheiros de jornada, situações de violência e repressão, patrocinadas pela ditadura de Vargas, que o levam a confundir o presente com o passado, o Estado Novo com o Cati. No meio da viagem, Norberto, um ativista político, conforme se vem a saber posteriormente, separa-se do grupo, valendo-se da companhia do Louco para despistar a polícia, mas ambos são detidos em Araranguá e levados a uma prisão no Rio de Janeiro. Depois de algum tempo, são libertados e passam um período de extremas dificuldades financeiras na capital carioca, até que Norberto, para quem o outro se tornara um incômodo, livra-se do Louco, fazendo-o embarcar num navio que o leva a Florianópolis. Essa é apenas a primeira etapa da viagem de retorno que o rapaz realiza até o Rio Grande do Sul e que, por obra do acaso ou de forças misteriosas, culmina com a sua chegada ao Cati. Quando ocorre o reencontro, o lugar que dera origem a tantos tormentos e alucinações já está em ruínas, mas o mesmo se poderia dizer da personagem que então retorna a esse local. Quase toda a existência desse homem converte-se numa fuga, e nela o protagonista perde sua integridade física e mental.

A obra *O louco do Cati* revela, já nas suas primeiras páginas, que a viagem realizada pelo protagonista não tem como ponto de partida a cidade de Porto Alegre. Tudo começa em Quaraí, sua terra natal: ali ele embarca, “quase menino”, em uma diligência em direção à capital gaúcha, num clima de nervosismo e apreensão. Dos fatos que antecedem a travessia empreendida pela personagem e dos eventos que marcam o seu desfecho quase nada se sabe, pois as circunstâncias da saída do protagonista da cidade fronteiriça ficam pouco esclarecidas, e a sua chegada ao Cati, após uma grande “volta”, envolve uma série de acontecimentos estranhos. Sabe-se apenas que o protagonista, tendo sido vítima, em sua infância, do clima instaurado pela insana vontade de matar do general castilhistas e de seus homens – e pelas histórias contadas a esse respeito –, torna-se, ele próprio, um louco. Além disso, trata-se de um indivíduo cujos distúrbios mentais parecem ser agravados pelos atos de repressão que enfrenta em companhia de Norberto, durante o Estado Novo. Enfatiza-se, portanto, no caso do romance em foco, a ideia de que a loucura gerada pelo Estado gera e espalha mais loucura.

O protagonista da obra de Dyonélio Machado é, antes de tudo, um homem assaltado pelo temor. Todas as palavras, imagens e fatos que lembram o Cati colocam-no em pânico, levando-o a gestos de desespero. Observe-se a reação do Louco depois de cair na “boca do lobo”, quando é levado, ao lado de Norberto, para o “Cubículo quatorze”, num presídio do Rio de Janeiro, lugar que ele, imediatamente, associa à fortaleza comandada pelo general João Francisco:

O grupo percorria um recinto todo atravancado de “instalações”: cozinha, lavanderia, etc. À sua esquerda, na parte que dava para uma das ruas, corria um enorme muro de proteção. Como a muralha numa posição fortificada [...].

Ao dobrar uma construção baixa e antiga, a “rua” por onde iam desembocava numa esplanada, calçada de paralelepípedos de granito. – e ao fundo, isolada, [...] uma massa parda, – que os esperava.

O maluco teve um movimento de fuga. Quis retroceder. Um dos guardas pôs-lhe a mão. Mas ele já soltava um grito:

– É o Cati! Não me digam que não! – E depois de uma respiração ruidosa e difícil, numa voz berrada e choramingada a um tempo: – Não me levem para o Cati. (MACHADO, 1979, p. 93-94).

Num universo em que impera a violência insana dos donos do

poder, o protagonista sempre esteve na outra margem: do lado da população pobre e amedrontada com a ação do bando chefiado pelo general castilhista, logo após a Revolução Federalista; do lado dos que fogem das perseguições durante o Estado Novo e daqueles que, num ambiente de hostilidade, perdem a saúde mental. No romance de Dyonélio Machado, as personagens, a fim de conquistarem a paz provisória, precisam escapar da degola, quando se trata do Cati, ou da “boca do lobo”, quando a repressão é obra da polícia do governo Vargas. Em outras palavras, elas têm de participar da guerra, de algum modo: valendo-se de subterfúgios e/ou organizando um bando ou exército que enfrente o inimigo.

Essa é, em termos, a decisão de Norberto e de seu grupo, que adotam as duas táticas: fogem do aparato repressivo do Estado Novo e projetam combatê-lo, ao mesmo tempo em que armam planos para burlar as dificuldades e suprir suas carências básicas, de abrigo e alimentação. Já o protagonista encontra-se distanciado dos dois mundos, o do poder e o da resistência ao autoritarismo, pelo medo que o detém e pela inaptidão que demonstra tanto para o arranjo de qualquer subterfúgio capaz de livrá-lo da miséria quanto para a luta. Desse modo, empenha a sua vida numa fuga permanente, provocada pelos fantasmas do passado e pela polícia do governo Vargas, que não o conduz, exatamente, a uma vitória.

De acordo com o romance de Dyonélio Machado, as estruturas de poder que, no Rio Grande do Sul, sustentam o coronelismo durante a época do general João Francisco, ainda na República Velha, continuam vigentes no Estado Novo. A permanência dessas estruturas, além de ser sugerida pelo apagamento deliberado de datas, é evidenciada por meio da confusão desencadeada na mente do protagonista quando ele identifica determinadas semelhanças entre dois momentos cronologicamente distintos e entre diferentes espaços físicos. Para o Louco, o Cati sobrevive ou ressuscita nos diversos locais por onde circula, inclusive no Rio de Janeiro, que, durante a ditadura de Vargas, ainda era a capital da República. O Cati, ou a Campanha, no romance de Dyonélio Machado, está em todo lugar, indicando que o regime de desmandos não é exclusividade de uma região do país ou de um período de sua história. Nesse caso, portanto, é a loucura do protagonista que, ao tornar possível um paralelo entre dois estágios temporais, revela a insanidade do Estado autoritário, cujos atos visavam à imposição da “ordem” por meio da violência e do crime.

Outro elemento a merecer atenção é o fato de as épocas focalizadas pela obra serem associadas pelo protagonista e/ou pelo narrador

com a Idade Média. No romance de Dyonélio Machado, vários são os traços que propiciam a vinculação de períodos distintos – o final do século XIX e a época do Estado Novo – com a Idade Média. Além de mencionar os poços medievais, onde eram jogados os pais e irmãos das mulheres que sofriam o ataque do exército do general castilhista chamado de Hiena do Cati, Norberto descreve o próprio Cati, dizendo que era “o Estado para aquela região”; um “Polvo”, que “apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos”. Depois completa: “Fez-se uma lenda real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal”. (MACHADO, 1979, p. 28-29).

Verifica-se, portanto, que, em *O louco do Cati*, o deslocamento no espaço e as ações que nele ocorrem, somadas aos danos psíquicos sofridos pelo protagonista, levam-no a transferir-se, mentalmente, para um lugar situado no passado, permitindo, assim, que o leitor transite por locais e tempos diferentes. Esse trânsito, do presente ao passado, também caracteriza *Memórias de um pobre homem*, livro de autoria de Dyonélio Machado que possui caráter autobiográfico, como indica o próprio título, e cujas páginas, em sua maioria, foram escritas na década de 1970, embora o volume viesse a ser publicado apenas em 1990, cinco anos após a morte do autor.

Condenado ao ostracismo durante um longo período, o que se deve, em parte, à sua intensa participação política, Dyonélio Machado veria efetivar-se o processo de sua legitimação como escritor somente em meados do decênio de 1970, quase meio século depois do surgimento de seu primeiro livro de ficção, a coletânea de contos *Um pobre homem*, editada em 1927. As experiências vividas pelo autor explicam a configuração que dá a seu relato de memórias, dividido em nove capítulos, sendo o capítulo inaugural dedicado, preferencialmente, às lembranças de seus primeiros tempos de vida literária e os demais voltados à descrição de diferentes momentos, que vão desde a sua estreia na ficção até a sua participação na vida política do País, incluindo-se aí as prisões, a sua eleição para a Assembleia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista em 1947 e a cassação de seu mandato parlamentar no mesmo ano.

Chama atenção o modo como Dyonélio Machado concebe o tempo e, conseqüentemente, os eventos históricos em *Memórias de um pobre homem*. Uma leitura apressada, atenta a passagens isoladas do texto em detrimento do conjunto, pode sugerir que predomina no relato uma concepção “cumulativa” e “finalista”, que adota o modelo do tempo

como serialidade ou sucessão. De acordo com essa concepção, que associa a ideia de sequência à irreversibilidade do tempo histórico, circulam, por entre os elos da corrente cronológica, forças causais, determinantes, que conduzem a uma justificação plena e final da História, levando a um estado necessário e superior da Humanidade, capaz de instaurar o reino da felicidade almejado através dos milênios. Trata-se de uma lógica progressiva e evolutiva de interpretação da história, que vê no transcurso do tempo uma cadeia dotada de sentido, uma sequência marcada pelas noções de plenitude e de *telos*. Segundo Bosi, “esse cânon está enxertado em certezas maiores que remetem à idéia de progresso, vinda das Luzes, e à idéia de evolução formulada no século XX”. (BOSI, 1992, p. 22).

Em diversos fragmentos, Dyonélio Machado refere-se à existência de leis sociais semelhantes às leis da física; alude à marcha inexorável da sociedade e à fatalidade de certos eventos, tais como o fim do imperialismo e o surgimento do socialismo, aparentando uma espécie de crença no tempo vetorial e no caráter finalista da história. Afirma o autor: “A reação – o imperialismo – sabe que está morta. Procura prolongar o próprio fim, com meios que mais o apressam. – É uma contingência obrigatória. E ‘fatal’, dentro das leis que regem o desenvolvimento das sociedades” (MACHADO, 1990, p. 75). Mais adiante, ao falar do “Ideal” a que serve, comenta:

O nosso século vive sacudido por tantas teorias, que fica difícil a um pobre sujeito atinar com a única exata. [...] Mas, para alcançar a Verdade, nada mais carece ao pobre diabo do que lançar-se à corrente da História. Ela o levará no bom caminho, até a meta certa.

A tremenda condensação do capital, gerando como fruto último o imperialismo, estava-se processando com aquela fatalidade matemática que a iria conduzir a um ponto de ebulição [...] em que a única saída que as leis da física e da sociologia condicionavam era a transformação. [...] Noutros termos: o Socialismo. (MACHADO, 1990, p.132).

Da concepção de que o Socialismo é “a verdade em política” (MACHADO, 1990, p. 101), decorre a ideia de que os socialistas ou comunistas são heróis, enquanto os “homens da reação” encarnam o papel de vilões. A idealização dos socialistas está nos atributos utilizados para defini-los – “serenos, modestos e fortes. Tudo isso porque são seguros” (MACHADO, 1990, p. 90) – e também na comparação

com seus adversários. Nas palavras do escritor, o “inimigo” confere algo àqueles que encarcerou: “um atestado duma personalidade maior do que a do carcereiro”. Assim, afirma o autor: “defendendo o bem universal – que outra coisa não é senão o Socialismo – eu me situava bem mais alto do que aqueles esbirros, comandados pelo esbirro-mór na pessoa do presidente da república”. (MACHADO, 1990, p. 76-79).

O Presidente da República ao qual ele se refere, Getúlio Vargas, e aqueles que sustentam seu governo não são os únicos situados pelo escritor no polo oposto ao dos socialistas, com o intuito de reiterar a superioridade destes. Dyonélio Machado, que fora preso na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, entre 1936 e 1937, período marcado pelo advento de regimes totalitários em diversos países, também alerta acerca da inferioridade de ditadores como Mussolini e Hitler. Sobre este último, afirma que “acabou destruído, por obra – e obra material – da sua própria fúria”, e adverte que “fúria é sinônimo de inferioridade”, acrescentando que “esse ‘todo-poderoso’ nada mais era do que um miserável, frustrado ao máximo”, a vingar-se dos “aparentemente fracos”. (MACHADO, 1990, p. 91).

Por outro lado, se existem no volume de *Memórias* observações como essas, que parecem atestar o caráter dogmático do escritor e sua crença no “porvir”, também é possível identificar no texto algumas reflexões que apontam, justamente, no sentido oposto. Em inúmeras ocasiões, Dyonélio Machado registra a sua percepção de que o tempo não transcorre linearmente, nem evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro. Por vezes, o autor tem até mesmo a impressão de que o tempo é circular ou anda para trás, pois os fatos se repetem e as condições sociais de uma época permanecem inalteradas por um longo período ou, então, retrocedem a um estágio anterior ou ainda mais primário. O registro de tais sensações por parte do escritor estabelece um contraponto à concepção finalista da história, presente em outras passagens de seu próprio depoimento.

Além disso, ao comentar o movimento que a sociedade executa durante a “marcha da História”, Dyonélio Machado afirma que “um tropeço determina um alto temporário, às vezes um desvio, em certas ocasiões, que nem é bom lembrar, um retrocesso” (MACHADO, 1990, p. 132). Em outros trechos de seu relato, vai ainda mais longe: identifica semelhanças entre períodos cronológicos distintos e destaca a permanência de traços da Idade Média em fases posteriores da história do Rio

Grande do Sul e do Brasil, explicitando a associação que propusera anos antes – de forma indireta – em *O louco do Cati*. Quando caracteriza a região fronteiriça do estado onde nasceu, ele constata que a “atmosfera” que sorveu “ao vir ao mundo”, em 1895, pouco antes do final da Revolução Federalista era a de uma “tremenda luta”. A guerra estava presente nas campanhas políticas, nos brinquedos infantis e nas diversões “mais valorizadas” da terra – as cavalhadas –, que “ressumavam sangue e fogo.” (MACHADO, 1990, p. 50). Tanto nessa época como no decorrer do século XX, detecta “lances duma Idade Média que não passou”.

Em sua opinião, o sinal mais evidente da manutenção dessa atmosfera medieval, e do “infantilismo” ou falta de amadurecimento da “Província”, é a conservação do caudilhismo. Esse fenômeno o leva a concluir que o homem – leia-se, o gaúcho – vive “num estado semifeudal, onde a regra é a polarização de toda a vida política na pessoa dum só indivíduo – o barão, o senhor. O resto ele convoca e mobiliza a seu talento, e sem o dever de consulta: é a sua gente, a sua mesnada” (MACHADO, 1990, p. 48-49). Em outra passagem, o autor demonstra que os “lances” que denunciam a sobrevivência da Idade Média não estão restritos ao Rio Grande do Sul. Ao falar do período que antecede à Revolução de 30 e dos protestos dos estados “tidos como pequenos” contra o direito, consuetudinário, de alternância dos grandes estados – Minas Gerais e São Paulo – no governo federal, ele argumenta:

Grandes estados, pequenos estados, nada mais é do que um eufemismo. O vocábulo preciso é grandes feudos, pequenos feudos. Nem os pequenos (e muito menos os grandes) se achavam vinculados a um poder superior. Essa alçada última conquistava-se pela aliança entre os grandes feudos. E o poderio que daí resultava revestia-se do caráter dum reinado absolutista. Compreende-se que os feudos meramente “auxiliares” praticavam na sua esfera o mesmo regime de poder arbitrário e discricionário, o que [...] vinha a constituir uma forma ideal de vassalagem. (MACHADO, 1990, p. 83).

Na década de 1930, o escritor também reconhece a existência de um regime arbitrário e discricionário no País, cuja vigência se estenderia até a década em que escreve suas *Memórias*. Quando comenta sobre o ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, em julho de 1935, e destaca o aparato policial preparado para reagir diante do menor sinal de “sedição” dos membros da organização, Dyonélio Machado define a ditadura como “essa forma de governo que

já hoje parece ser um produto natural e obrigatório da política brasileira” (MACHADO, 1990, p. 101-102). Assim, entender a história progressiva não se constitui num desafio, porque o passado, efetivamente, não passou: “Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor.”

A menção à pena de morte é um modo de aludir, metaforicamente, ao afastamento dos indivíduos, à dissolução de instituições cujos atos desagradassem o governo central e, ao mesmo tempo, é uma referência direta à “tecedura de violências” em que se transformara a “crônica política” brasileira. O assassinato de Waldemar Ripoll na cidade uruguaia de Rivera, na fronteira com o Rio Grande do Sul, em 1934, e o fuzilamento do major Rubens Vaz na Rua Toneleros, Rio de Janeiro, em 1954, são crimes políticos que levam a uma constatação: as autoridades que ordenavam tais mortes “iam buscar no acervo da história” justamente aquilo que a maculava de forma indelével, a “degola” (MACHADO, 1990, p. 105-106), palavra que pode ser tomada no seu sentido literal no caso da primeira vítima.

A crença do autor na evolução da sociedade também parece ser profundamente abalada com a instauração do fascismo em diferentes países. Esse fenômeno, no seu entendimento, mostra que a atmosfera medieval, a “barbárie”, extrapola os limites do território nacional, dominando o cenário mundial:

Fascismo, na Itália, Nazismo, na Alemanha, Falangismo, na Espanha, Corporativismo (ou que outra alcunha tenha), em Portugal, Integralismo no Brasil, constituíram outros tantos avatares dum ódio de classe que o mundo ainda não conhecia, porque era novo na sua apresentação: era um ódio técnico. Esse aspecto, emprestando formas “modernas” à barbárie, não iludia ninguém [...]. (MACHADO, 1990, p. 75).

Coincidência ou não, ao mesmo tempo em que insere em suas *Memórias* reflexões acerca de um passado redivivo – que corroem as certezas, expressas por ele próprio, quanto ao advento do socialismo e questionam a inexorabilidade da “marcha da História” –, Dyonélio Machado desconstrói o processo de idealização a que submetera os socialistas de um modo geral e, em particular, os integrantes do Partido Comunista do Brasil. Estes são caracterizados como imaturos e equivo-

cados, no que se refere à deflagração, em 1935, da insurreição que ficou conhecida como Intentona Comunista: “Das ‘explicações’ que a minha crítica suscitou ficou-me uma impressão de coisa deliberada de afogadilho, sem plano [...]. Punha-se uma esperança infantil, verdadeiramente mágica, em sucessos puramente aleatórios” (MACHADO, 1990, p. 79-80). Alguns dirigentes da agremiação, por sua vez, chegam a ser tachados de oportunistas pelo autor.

Além disso, à medida que experimenta frustrações no que diz respeito à concretização de seus ideais políticos, Dyonélio Machado divide suas atenções entre os macroprocessos sociais e o cotidiano. Em parte, isso talvez se deva ao fato de que o autor, conforme ele próprio declara, não sabe “distinguir entre as coisas grandes e as pequenas”, achando-as “todas dignas de atenção, registro e estudo. De resto, os leitores dos meus livros de ficção [...] viram o apreço que me merece o cotidiano. Circunstância que não exclui o interesse pelos fatos de ordem geral – o que também se pode ver facilmente na minha modesta obra” (MACHADO, 1990, p. 91). É preciso levar em conta que “não seria dialético excluir ou o importante ou o cotidiano e trivial”, uma vez que, no entendimento do escritor, os fatores de natureza particular estão, indissolivelmente, ligados aos fenômenos de âmbito social; toda “manifestação na atividade individual tem a sua réplica, quando não a sua contrapartida no modo de funcionamento da coletividade”. (MACHADO, 1990, p. 92).

É necessário considerar, ainda, que as próprias experiências vividas por Dyonélio Machado propiciaram-lhe a convivência com a “arraia-miúda” dos galpões, na época de sua infância e adolescência. Nos galpões, o autor conheceu de perto os “homens que lutam com denodo e que se embriagam com seus feitos”, e pôde “aquilatar do grau de politização primária que sai desses recantos, nas coxilhas – habituais nos sucessos políticos do Pampa.” (MACHADO, 1990, p.49). Não fosse essa convivência, talvez o escritor não detectasse tão facilmente a existência de um tempo reversível.

Ao relatar passagens relativas ao exercício de seu mandato parlamentar e ao refletir sobre o seu posterior desligamento do Partido Comunista, Dyonélio Machado percebe que, até mesmo os eventos políticos – portanto, públicos –, quando narrados anos após a sua ocorrência, assumem um caráter pessoal, chegando, inclusive, a impedir o

reconhecimento do tempo histórico como uma estrutura serial dentro de um processo teleológico:

Um trabalho político que era esse o seu caráter na ocasião – agora, na sua evocação tardia, assume um aspecto pessoal, negativo no seu individualismo. Não se sente o esforço coletivo – que é o característico da História. Não se vê a marcha incessante dos fatos, que constitui a circulação nas rotas dos acontecimentos. [...] Quando muito, flagrantes da Biografia. (MACHADO, 1990, p. 121).

As afirmações de Dyonélio Machado não permitem nem mesmo supor que, em sua opinião, a impossibilidade de captar a “marcha da história” por meio da narração autobiográfica é condicionada somente pela natureza peculiar desse tipo de relato. O próprio autor impede tal conclusão, na medida em que, citando Anatole France, alerta para as semelhanças existentes entre os relatos memorialístico e histórico:

O maior defeito dum livro de memórias é também a sua qualidade máxima: o ser pessoal. E isso o distingue dum livro de história. Será que o distingue mesmo? Quem não conhece o paradoxo de Anatole France, sustentando que a história não é uma ciência, é uma arte, e só se sai bem de empreitada tão realística por via da imaginação? A imaginação (e o arbítrio, o que é mais) estão a cada passo acompanhando o narrador de memórias. (MACHADO, 1990, p. 56).

Ao que parece, Dyonélio Machado abdica de captar, ou de reconhecer, a “marcha incessante dos fatos”; em vez disso, evidencia a convivência de tempos distintos em um único período histórico, indicando momentos de ressurreição do passado toda vez que detecta a permanência do pensamento e do estilo antigos. Essa sensação de simultaneidade talvez sugira para o autor a ineficácia da cronologia quando se trata de compreender aquilo que, nas palavras de Bosi, é “a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal”, pulsando “sob a linha de superfície dos eventos” (BOSI, 1992, p. 20). E, provavelmente, é por essa razão que Dyonélio Machado adota, em suas *Memórias*, um procedimento semelhante ao que foi empregado pelo narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que “nenhum respeito confere à cronologia”. (MACHADO, 1990, p. 43).

Stuart Hall lembra que, “embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e ‘resolvida’, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo”. E explica: “Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a

‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos” (HALL, 2004, p. 38-39). É possível que essa busca mencionada por Stuart Hall elucidie a tentativa de Dyonélio Machado de ostentar, em algumas passagens de seu relato de memórias, uma identidade racional, pretensamente capaz de explicar a sociedade como “um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma” (HALL, 2004, p. 17), para recorrer a uma expressão do próprio ensaísta. No entanto, as páginas desse livro, quase todas escritas durante o período a que Stuart Hall chama de modernidade tardia, acabam expondo a fragmentação ou multiplicidade do sujeito que narra. Trata-se, no relato em questão, de um ex-ativista político aparentemente convicto da ideologia que adotara no passado, mas confrontado pela percepção do escritor que ele também é, ou pelas reflexões que derivam de suas outras facetas: a de psiquiatra conhecedor da psicanálise e a de ser humano atento às experiências que vive em seu cotidiano.

Essa percepção/reflexão de Dyonélio Machado ocorre na segunda metade do século XX e volta-se, entre outras coisas, para os eventos que seriam apontados por Stuart Hall (2004, p. 34-36) como desencadeadores do descentramento final do sujeito cartesiano – a descoberta do inconsciente por Freud e a difusão da ideia de que os indivíduos não poderiam ser os agentes da história, uma vez que agem com base em certas condições históricas, noção resultante da reinterpretação dos escritos de Marx –, e para um dos elementos que, segundo o mesmo ensaísta, teria dado origem a tal processo: a biologia darwiniana (HALL, 2004, p. 30). Afirma Dyonélio Machado: “Penso que ainda estamos nesse ‘período’ de estratificação do pensamento humano, que, no meu entender, se inicia com Darwin, segue-se com Marx, prolonga-se com Freud. Todos estes, segundo a minha opinião, valorizaram o pequeno”. Depois de citar a tese de Darwin, de acordo com a qual o ser humano descende de um macaco, e de lembrar que foi Marx quem “deu valor ao povo, confundido então na multidão, [...] criando a ‘imagem’ da massa”, o escritor conclui seu pensamento: “Veio por fim Freud, senão desbancando o Ego – o eu consciente – demonstrando porém quanto ele devia ao Id – o inconsciente, pobre ser relegado ao furgão, jamais visitado, da nossa personalidade”. (MACHADO, 1990, p. 91-92).

Salienta-se, por fim, que, se “a emergência de noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da

ordem social, econômica e religiosa medieval”, como afirma Raymond Williams (2007, p. 135), é compreensível o fato de Dyonélio Machado, nas duas obras analisadas, ver como uma espécie de retorno à Idade Média a existência de paisagens sociais que desafiam a razão do “sujeito iluminista” e contrariam a visão progressista que o orientava. Segundo essa visão, “a história teria seu começo nas sociedades primitivas, evoluindo sempre até atingir as sociedades mais desenvolvidas”, e, assim, “o tempo linear [...] levaria até um paraíso, mas um paraíso social” (SILVA; SILVA, 2005, p. 390-391). Ainda que o escritor busque compreender os processos sociais em curso recorrendo a uma analogia do tempo presente com a época progressista, ele percebe a crise que se inicia ao final do século XX, construindo uma “narrativa do eu” que revela a fragmentação do sujeito e anuncia o caráter da mudança na chamada modernidade tardia.

ABSTRACT

This paper discusses the concept of time in two works of Dyonélio Machado: *O louco do Cati*, a novel released in 1942, and *Memórias de um pobre homem*, autobiographical story writing in the 1970s and published posthumously in 1990. Proceeds to the analysis of the merger between past and present, identified in the plot of the novel, and to the study of the author's perceptions about the coexistence of different times during the same period, recorded in his *Memórias*. It appears that the special treatment given to time in the two Dyonélio Machado texts leads the writer to reflect on history and social evolution, which leads him to reexamine his political convictions.

KEY-WORDS: Time % Literature and history % Story of memories.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 19-32.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MACHADO, Dyonélio. **O louco do Cati**. 2ed. São Paulo: Vertente, 1979.

_____. **Memórias de um pobre homem**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de termos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: 30/05/2012.

Aceito em: 31/07/2012.